



NEWSLETTER Nº 30, NOVEMBRO



Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail europedirect@esg.ipsantarem.pt

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico

EDITORIAL

A crise financeira que assola todas as regiões do mundo está na ordem do dia, deixando para segundo plano outras questões essenciais à integração europeia, nomeadamente o Tratado de Lisboa, cuja discussão ficou agendada para Novembro.

Até à data, já 24 Estados-membros ratificaram o documento, faltando apenas as decisões da Irlanda, República Checa e Suécia.

Quanto à crise, a Comissão está a dar os últimos retoques num plano abrangente, cuja apresentação está agendada para 26 de Novembro. O plano incluirá medidas de curto prazo para afastar uma possível recessão, embora tenham sido já avançadas previsões de desaceleração económica. A Comissão está a estudar novos financiamentos e novas utilizações de fundos existentes. Além disso, quer aumentar o capital à disposição do Banco Europeu de Investimento, a instituição da UE responsável pelos empréstimos a longo prazo. O banco já preparou um pacote de empréstimos no valor de 30 milhões de euros para ajudar as PME à procura de financiamento.

Reconhecendo que compete aos gover-

nos nacionais estabelecer a política económica, Durão Barroso realçou a necessidade de coordenação a nível da UE.

A UE concedeu 6 500 milhões de euros do seu crédito de emergência à Hungria, gravemente afectada pela crise financeira. A Comissão está também a alargar o seu fundo de crise a outros países em dificuldade.

Alguns países manifestaram-se preocupados com os custos do plano da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020, sobretudo no actual contexto da crise, embora tenham sido publicadas previsões de que a UE e os seus Estados-membros estão no bom caminho para cumprir as metas de Quioto.

No dia 15 de Novembro, os dirigentes da UE reunir-se-ão em Washington para preparar uma cimeira internacional sobre a crise financeira. A cimeira visa melhorar a coordenação entre os países e debater formas de evitar a repetição da crise, através da refundação do sistema financeiro mundial, com uma regulação mais estreita e uma supervisão reforçada à escala mundial.

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE E CONSUMIDORES

Pag 3

UE E AMBIENTE

Pag 4

UE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Pag 4

EU E CIDADANIA

Pag 5

UE e Oportunidades de Financiamento / Parcerias >>>>>>>

Pag 5



NOVA COMISSÁRIA EUROPEIA PARA O COMÉRCIO

Na sequência da saída de Peter Mandelson, o Conselho de Ministros nomeou Catherine Ashton para Comissária Europeia responsável pelo Comércio. A nova comissária exerceu até à data funções como membro do partido trabalhista da Câmara dos Lordes do Reino Unido, Presidente da Câmara dos Lordes e Lorde Presidente do Conse-

lho do primeiro governo de Gordon Brown, em Junho de 2007. Ashton é uma economista que, no passado desempenhou os cargos de Secretária de Estado do Ministério da Educação e das Qualificações Profissionais, secretária de Estado do Departamento de Assuntos Constitucionais e Secretária de Estado do Ministério da Justiça. Traz consi-

go uma inestimável experiência em assuntos europeus, entre os quais a condução do processo do Tratado de Lisboa na Câmara Alta do Reino Unido e a responsabilidade pelas questões de Justiça e Assuntos Internos da UE no âmbito dos cargos que assumiu.

TECNOLOGIAS ENERGÉTICAS VERDES

Foi lançada recentemente a iniciativa de criar uma aliança europeia de investigação no domínio da energia constituída por importantes institutos de investigação da UE (Instituto nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação—INETI, no caso de Portugal). A aliança destina-se a

alargar e otimizar os meios da UE em matéria de investigação no domínio da energia graças à partilha das principais instalações nacionais e à realização conjunta de programas nacionais e europeus. Esta nova aliança da investigação será um factor determinante do plano estratégi-

co para as tecnologias energéticas da UE e contribuirá para acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias com fraca intensidade carbónica que permitia à UE fazer a transição para a economia de baixas emissões de CO₂.

INVESTIMENTO EM I&D DAS EMPRESAS EUROPEIAS SUPERA O DOS EUA

Segundo os indicadores de investimento industrial em I&D da Comissão Europeia publicados recentemente, enquanto o investimento em I&D das empresas americanas aumentou 8,6% os das empresas da UE subiu 8,8%. Entre as 10 primeiras

empresas encontram-se três da UE: Nokia, em quinto lugar (sobe da 17ª posição), Volkswagen no nono lugar (ocupava o 14º) e Daimler, em décimo lugar (desce do quinto). O maior investidor mundial em I&D em 2008 foi a Microsoft, com 5 600

milhões de euros. As tendências mostram um aumento das vendas e na rentabilidade das empresas da UE e pela primeira vez desde que se iniciou o registo em 2004 o crescimento do investimento em I&D das empresas da UE é maior que o americano.

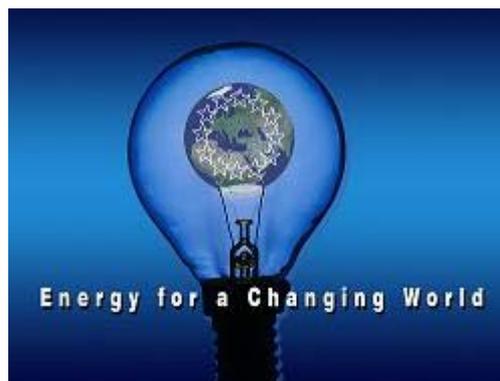
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: A UE NA BOA VIA PARA ALCANÇAR OS OBJECTIVOS DA REDUÇÃO DAS EMISSÕES SEGUNDO O PROTOCOLO DE QUIOTO

Depreende-se do relatório anual da Comissão sobre os progressos alcançados na realização dos objectivos em matéria de emissões que a UE e a maior parte dos seus Estados-membros estão em vias de respeitar os compromissos de redução ou de limitação das emissões a que se comprometeram no âmbito do Proto-

colo de Quioto. Segundo as últimas projecções dos Estados-membros, a UE-15 atingirá o seu objectivo de redução de 8% executando as políticas e as medidas já adoptadas, comprando créditos de emissão provenientes de projectos realizados em países terceiros e realizando actividades de gestão florestal que favoreçam

a absorção do carbono atmosférico. As medidas suplementares previstas em nos Estados-membros deverão reduzir as emissões em mais de 3,3% o que permitirá à UE-15 ultrapassar o seu objectivo.

FÓRUM DOS CIDADÃOS PARA A ENERGIA



A Comissão Europeia responsável pela Defesa do Consumidor, Meglena Kuneva e o Comissário Europeu da Energia, Andris Piebalgs inauguraram a primeira reunião do novo fórum cidadãos para a energia, uma plataforma destinada a aplicar e fazer valer os direitos dos consumidores no mercado de energia da UE. O objectivo deste fórum é abordar os problemas dos consumidores e propor soluções práticas, para que os actuais direitos dos consumidores em toda a UE existam na prática e não apenas no papel, melhorando as condições de regulação dos mercados da retalho. O fórum congrega organizações nacionais de consumidores, empresas, reguladores nacionais e autoridades governamentais com o propósito de resolver questões importantes como a mudança de fornecedores de energia, a facturação simplificada, a utilização de leitura inteligente ou a protecção de grupos vulneráveis.

“Os elevados preços da energia são uma das maiores preocupações dos cidadãos europeus. Temos de envidar esforços à escala da UE para melhorar a situação relativamente a um certo número de questões, como a facturação simplificada, a leitura inteligente e a mudança dos fornecedores, por forma a que os consumidores tenham verdadeiramente liberdade de escolha e possam reduzir o consumo e obter a melhor relação custo/benefício. Temos de observar com muita atenção o mercado de energia, a fim de agir contra possíveis abusos. E, com a chegada do Inverno, que poderá ser muito rigoroso, teremos de levar a protecção dos consumidores vulneráveis ao topo da agenda política” declarou Meglena Kuneva.

O fórum cidadãos para a energia foi lançado para ajudar os consumidores a agir no sentido de fazer valer em toda a UE os seus actuais direitos e para lhes fornecer informação clara e simples sobre as escolhas que têm ao seu dispor quando tiverem de contratar o fornecimento de gás e electricidade. A ideia do fórum foi proposta no 3º pacote da Comissão para o mercado interno de energia, tendo sido apresentada pelos Comissários Kuneva e Piebalgs na Conferência de Maio de 2008 sobre os direitos dos consumidores de energia.

No fórum serão formuladas recomendações com vista a aplicar e a garantir melhor os direitos dos consumidores de energia, e a conseguir melhores mercados retalhistas de electricidade e de gás.

Temas que serão discutidos no fórum:

- **Facturação:** para o consumidor médio, a conta de gás ou electricidade é o melhor indicador e também o mais simples do consumo de energia; as contas devem ser simples, exactas e permitir comparações entre fornecedores;

- **Eficiência energética:** os rótulos relativos à eficiência energética dos electrodomésticos devem ser simples e claros;

- **Mudança de fornecedor:** a mudança tem de ser fácil, rápida e gratuita; a informação sobre como escolher outro fornecedor deve ser clara e acessível;

- **Leitura inteligente:** as novas tecnologias podem ajudar a melhorar a exactidão das contas, a compreender melhor quanto se paga e permitir às empresas aconselhar melhor os consumidores, de acordo com o respectivo perfil de consumo;

- **Proteger os consumidores vulneráveis:** as pessoas que dependem da energia para sobreviver devem ser protegidas; no fórum serão abordadas algumas questões concretas, a saber: como evitar falhas de energia para pessoas que utilizam sistemas de assistência respiratória ou cardíaca ou que fazem tratamento de hemodiálise; como resolver a situação de pessoas que passam dificuldades financeiras e não podem pagar as suas contas de energia. As autoridades nacionais, as organizações de consumidores e a indústria devem encontrar soluções para esta questão.

A Comissão calculou que, com escolhas inteligentes, uma família da UE pode poupar 1000 euros ou mais por ano nas contas de gás e electricidade. O impacto de tais escolhas é tanto mais importante quanto se sabe que cerca de 40% da energia da UE são gastos em edifícios—nomeadamente os nossos lares e empresas. Os cortes nas emissões de carbono associados a estas mudanças são outro resultado positivo a considerar.

Em paralelo, a UE continuará a vigiar os mercados de energia, comprometendo-se a contribuir para os trabalhos do fórum com dados exaustivos de vigilância do mercado consumidor—recolhidos pela Comissão Europeia—que indicam como os mercados do gás e electricidade estão a servir os consumidores. Estes dados serão publicados anualmente no quadro de uma análise mais geral de vigilância de mercado designado “painel de avaliação dos mercados das tarifas domésticas, as taxas de mudança de fornecedor ou queixas, o que constitui uma nova atribuição que lhes é acometida por força deste terceiro estágio do pacote energético.

Sítio Web da Comissão Europeia para os direitos dos consumidores de energia:

http://ec.europa.eu/energy/energy_policy/consumers/index.en.htm

186 MILHÕES DE EUROS PARA O LIFE +

A Comissão Europeia aprovou o financiamento de 143 novos projectos no âmbito do convite à apresentação de propostas para o Programa LIFE + (2007-2013), o fundo europeu para o ambiente. Os projectos provêm de toda a UE e abrangem acções nos domínios da conservação da natureza, da política ambiental e da informação e comunicação. No seu conjunto representam um investimento total de 367, 186 milhões dos quais serão financiados pela União Europeia.

Na sequência do primeiro convite à apresentação de propostas no âmbito do Programa **LIFE +**, a Comissão recebeu mais de 700 propostas de organismos públicos ou privados dos 27 estados-membros da UE. Dessas propostas, foram seleccionadas 143 para co-financiamento pelas três componentes do novo programa: LIFE + Natureza e Biodiversidade, LIFE + Política e Governação Ambiental e LIFE + Informação e Comunicação.

Os projectos **LIFE + Natureza e Biodiversidade** visam a melhoria do estado de conservação de espécies e habitats ameaçados. Das 264 propostas recebidas, a Comissão seleccionou para financiamento 58 provenientes de parcerias constituídas por organismos de conservação,

autoridades públicas e outras partes. Situados em 21 Estados-membros, os projectos representam um investimento total de 165 milhões de euros, 94 milhões dos quais serão provenientes de fundos comunitários. Na sua maioria (54) trata-se de projectos Natureza, que contribuem para a aplicação das Directivas Aves e/ou Habitats e da Rede Natura 2000. Os outros quatro são projectos Biodiversidade, uma nova categoria de projecto LIFE + para acções-piloto que tenham por tema questões mais vastas ligadas à biodiversidade.

Os projectos **LIFE + Política e Governação Ambiental** são projectos-piloto que contribuem para o desenvolvimento de ideias políticas, tecnologias, métodos e instrumentos inovadores. Das 325 propostas recebidas, a Comissão seleccionou 74 para projectos para financiamento provenientes de uma ampla gama de organizações do sector público e privado. Os projectos seleccionados, situados em 21 Estados-membros, representam um investimento total de 185 milhões de euros, 84 milhões dos quais financiados pela UE. Os projectos sobre temas como os resíduos e os recursos naturais (29 projectos) representam a maior parte do financiamento da UE (cerca de 26 milhões de

euros). As alterações climáticas constituem o segundo domínio prioritário, com 22 projectos (cerca de 24 milhões de euros). Outros 24 projectos tratam de diversas questões como a água, o ambiente urbano, o solo, o ruído, as florestas, as substâncias químicas, o ar, o ambiente e a saúde.

Os projectos **LIFE + Informação e Comunicação** destinam-se a dar maior destaque e divulgação às questões ambientais e a organizar acções de formação e sensibilização para a prevenção dos incêndios florestais. Das 118 propostas recebidas, a Comissão seleccionou para financiamento 11 projectos provenientes de uma série de organizações dos sectores público e privado dedicadas à natureza e/ou ao ambiente. Os projectos são situados em Espanha, França, Itália, Malta, Finlândia, Suécia e Reino Unido e representam um investimento total de 16 milhões de euros, 8 milhões dos quais serão financiados pela União Europeia.

O programa **LIFE +** é o novo instrumento financeiro europeu para o ambiente, com um orçamento total de 2 143 milhões de euros para o período 2007-2013. Durante esse período, a Comissão irá lançar anualmente um convite à apresentação de propostas.



Informações sobre o programa LIFE +: <http://ec.europa.eu/environment/life/index.htm>

UE E DESENVOLVIMENTO RURAL

REDE EUROPEIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL



A Comissão Europeia lançou no passado mês de Outubro, numa Conferência de alto nível sobre desenvolvimento rural, a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural. A Rede reunirá responsáveis políticos, administradores, universitários e outros protagonistas desta área em toda a UE, facilitando desta forma a partilha de ideias, informações e experiências, ajudando a manter a política europeia de desenvolvimento rural apta a enfrentar as exigências do século XXI.

A política de desenvolvimento rural da UE tem um papel crucial a desempenhar nas zonas rurais dos 27 Estados-membros, que cobrem 91% do território da UE e onde vive mais de metade da sua população. Trata-se de uma ferramenta política vital para aumentara competitividade da agricultura e da silvicultura, preservar o ambiente e estimular o crescimento e o emprego nas comunidades rurais. Há hoje em funcionamento um muitos Estados-membros redes nacionais de

desenvolvimento rural, que os ajudarão a aplicar regimes financiados pela UE. O intercâmbio de ideias, informações e experiências praticado nestes fóruns tornar-se-á ainda mais útil quando realizado ao nível europeu. A informação emanada da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural terá influência no futuro da política de desenvolvimento rural.

Informações sobre a política da UE para o Desenvolvimento Rural:
http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm

UE CONTRA A PENA DE MORTE



A adopção, em Dezembro de 2007, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução relativa à moratória sobre a aplicação da pena de morte, constitui o corolário dos esforços desenvolvidos pela UE, apoiados activamente pelos Estados de todo o mundo.

A UE encoraja o debate público, apoiando a opinião pública na oposição à pena de morte e exercendo pressão sobre os países que a mantêm no sentido de a abolirem, ou pelo menos, introduzirem uma moratória como primeira medida. A UE actua igualmente contra a pena de morte de instâncias multilaterais, como as Nações Unidas; um ponto culminante deste esforço foi a Resolução relativa a uma moratória sobre a aplicação de pena de morte, adoptada pelas Nações Unidas na Assembleia Geral de 18 de Dezembro de 2007. O empenhamento político da UE traduziu-se pelo substancial apoio financeiro a projectos concretos, uma vez que a pena de morte constitui uma das prioridades ao abrigo da Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direi-

tos do Homem (IEDDH). Dados:

- 92 países e territórios aboliram a pena de morte em relação a todos os crimes;

- 10 países aboliram a pena de morte para todos os crimes, salvo crimes excepcionais, nomeadamente os praticados em tempo de guerra

- 35 países podem ser considerados, na prática, abolicionistas. Mantêm a pena de morte no seu ordenamento jurídico, mas não procederam a qualquer execução nos últimos 10 anos ou mais, considerando-se que têm uma política ou uma prática estabelecida de não aplicar execuções capitais.

Assim, num total de 137 países aboliram, de direito ou de facto, a pena de morte. Desde 2005, dez países aboliram a pena de morte.

Contudo, os números relativos à aplicação da pena de morte no mundo matem-se elevados. Em 2007 foram executadas pelo menos 1252 pessoas em 24 países

e pelo menos 3347 pessoas foram condenadas à morte em 51 países. 88% de todas as execuções conhecidas tiveram lugar em cinco países: China, Irão, Arábia Saudita, Paquistão e EUA. A acção da UE, como primeiro opositor no mundo à pena de morte, continua a ser urgente e necessária.

Ao abrigo da Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos do Homem, desde 1994 foram atribuídos mais de 15 milhões de Euros a projectos da sociedade civil com o objectivo de aumentar a sensibilização da opinião pública nos países que aplicam a pena de morte através da educação e de campanhas de sensibilização, de estudos sobre a conformidade dos sistemas que aplicam a pena de morte com as normas mínimas internacionais, informando e apoiando estratégias para substituir a pena de morte por outras sanções, desenvolvendo esforços para garantir aos condenados à pena de morte o acesso a níveis adequados de assistência jurídica e apoiando a formação destinada aos advogados.

Mais informações acerca da acção da UE pela abolição da pena de morte:

http://ec.europa.eu/external_relations/human_rights/adp/index.htm#pol

CARTÃO AZUL PARA IMIGRANTES QUALIFICADOS

Em Outubro de 2007 a Comissão Europeia propôs a criação do Cartão Azul, destinado a atrair trabalhadores altamente qualificados para a UE.

A atribuição do Cartão deverá obedecer a regras comuns, sendo da responsabilidade dos Estados-membros a definição do número de cartões a atribuir. O Cartão deverá funcionar como autoriza-

ção de residência e de trabalho, durante um período renovável de dois anos. Os membros da família do detentor do Cartão também terão direito de entrada na União Europeia e poderão beneficiar da livre circulação de pessoas no espaço europeu dois anos após a concessão do Cartão Azul.

Alguns Estados-membros da UE preferem que o Cartão Azul só

seja atribuído depois de se ter alcançado a pela livre circulação de pessoas da UE. Isto permitiria que os cidadãos romenos ou búlgaros pudessem circular livremente na UE, antes de a livre circulação ser autorizada a cidadãos de países terceiros. Por outro lado, existem receios de que o Cartão Azul dê origem a uma fuga de profissionais qualificados de África e de outros países em desenvolvimento.



OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

Saiba em que projectos podem ser parceiro:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>